



Home

Sala/Modalidades

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços



CONSULTAR IMPUGNAÇÃO

Nome do Usuário

Leonardo Lacerda Campos

Participante

Otimisa Marketing e Eventos Ltda. EPP

Solicitação

Solicitação criada às 15:05 em 21/10/2024

Prezado Sr. Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt Pregoeiro / Agente de Contratação Boa tarde! Encaminho em anexo Impugnação ao edital nº 048/2024 exarado por este Município, no que tange: - Balanços Patrimoniais; - Atestados de Capacidade Técnica (Chancelado ou não na entidade competente (CREA / CAU); - Registros na entidade Competente (CREA/CAU); - Disponibilização dos orçamentos coletados; - Disponibilização da ETP - Estudo Técnico Preliminar / Justificativa. E cópia do e-mail enviada no dia 15/10/2024 para os seguinte endereço: licita.lafaiete@gmail.com.

Documentos da Solicitação

DOCUMENTOS

impugnacao ao edital otimisa 241021.pdf



VOLTAR

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 101/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N°048/2024
REGISTRO DE PREÇO N° 028/2024

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2.024.

AO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
/ MG.

AO ILUSTRÍSSIMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO / PREGOEIRO, SENHOR
PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BITTENCOURT E EQUIPE DE APOIO:
ALISSON DIAS LAUREANO, MARY ALINE DA CRUZ GOULART, BRUNA DA
SIQUEIRA NOGUEIRA, CECÍLIA MARIA SILVA MIRANDA, LUIZ
HENRIQUE DA SILVA, MARA KESSIA MATOS SENRA, LORENE HELENA
PEDROSO COELHO, DENILSON VANDER CUNHA e RAVENA EVELING
TEIXEIRA AMARAL.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 101/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N°048/2024
REGISTRO DE PREÇO N° 028/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

REF.: "Contratação de empresa especializada, pelo sistema
de Registro de Preços, para prestação de serviço de locação
de equipamentos, mobiliários e estruturas, incluindo
transporte, montagem, utilização, operacionalização,
manutenção, desmontagem e apoio logístico, para atendimento
dos eventos promovidos pelas diversas Secretarias
Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme
especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital."

OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA., empresa de pequeno porte
inscrita no CNPJ sob o n°. 07.559.474/0001-17, com sede na
Rua Alagoas, n°. 1460, Sala 309, Bairro Funcionários, na
cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30130-168, por seu
representante legal Leonardo Lacerda Campos, brasileiro,
engenheiro eletricista, inscrito no CPF sob o n°. 943.400.996-00, residente e domiciliado nesta Capital, vem
respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

da licitação processo licitatório nº. 101/2024, modalidade pregão eletrônico nº. 048/2024, a ser realizada pelo MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por lote, para fins de promover o "Contratação de empresa especializada, pelo sistema de Registro de Preços, para prestação de serviço de locação de equipamentos, mobiliários e estruturas, incluindo transporte, montagem, utilização, operacionalização, manutenção, desmontagem e apoio logístico, para atendimento dos eventos promovidos pelas diversas Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.", mencionado em epígrafe.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre destacar sobre a previsão legal com fulcro na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, acerca do prazo para pedidos das: impugnações, esclarecimentos e recursos, nos termos abaixo:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. (grifei)

Destarte, colaciono a seguir o que rege o instrumento convocatório nos termos a seguir:

12. IMPUGNAÇÕES

12.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>),

link "editais e resultados" e posteriormente "impugnar".

12.1.1. A impugnação ao ato convocatório não terá efeito suspensivo, podendo o pregoeiro, em decisão motivada, atribuir efeito suspensivo sempre que o interesse público assim o exigir.

12.1.2. Caberá o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de dois dias úteis após o recebimento da impugnação.

12.1.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

12.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.1.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema, bem como pelo site do Município, e vincularão os participantes e a administração. (grifei)

Sendo o prazo para impugnação para a licitante de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de realização da sessão pública do pregão eletrônico conforme legislação de regência, sendo prevista para o dia 25/10/2024 (sexta-feira), tempestiva é a presente manifestação encaminhada até o dia 21/10/2024 (segunda-feira).

II - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:

O presente recurso, fundamentado no presente edital, na lei número 14.133 de 1º de abril de 2.021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, bem como os princípios basilares da **LEGALIDADE, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE E PROBIDADE ADMINISTRATIVA.**

Para nortear todos os tópicos que se seguirão e fundamentar todos os pontos do recurso, portanto, vejam-se as disposições acerca das referidas leis e princípios:

CR/88

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei nº 14.133

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressaltados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato; (...)

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

O **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE** determina que as atividades administrativas deverão se resumir aos limites fixados pelas leis.

Hely Lopes Meirelles define este princípio da seguinte maneira:

"A legalidade, como princípio da Administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil, e criminal, conforme o caso."

Nas relações entre particulares sabemos que o princípio aplicado é o da autonomia da vontade, pelo qual as partes ficam livres para fazer tudo o que não for contrário à lei. Já nas relações em que participa o Poder Público, conforme afirma Maria Sylvia Zanella Di Pietro: "a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite".

No mesmo sentido, Hely Lopes Meirelles destaca:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".

Desta forma, Lúcia Valle observa quanto a este princípio que deve ser interpretado mais extensivamente, porém com certa cautela, concluindo que:

Há de se entender como regime de estrita legalidade não apenas a proibição da prática de atos vedados pela lei, mas, sobretudo, a prática, tão-somente, dos expressamente por ela permitidos.

Podemos concluir que o princípio da legalidade, sob a ótica da Administração Pública, deve significar sempre fazer apenas o que está previsto em lei, não podendo agir na omissão dela.

PRINCÍPIO DA MORALIDADE:

Diferentemente do princípio da legalidade, a MORALIDADE ADMINISTRATIVA está pautada em padrões éticos, exigindo por parte do administrador um comportamento honesto e consequentemente dentro da lei.

Celso Antônio Bandeira de Mello define da seguinte forma:

O **princípio da moralidade** significa que o procedimento licitatório terá de se desenrolar na conformidade de padrões éticos presáveis, o que impõe, para a Administração e licitantes, um comportamento correto, liso, honesto, de parte a parte.

Deste modo, durante o procedimento licitatório, o princípio da moralidade está inserido, pois dentre os objetivos deste procedimento, estão determinados critérios e regras para realização do certame, de modo a evitar que o administrador público se aproprie de forma indevida de bens da Administração para favorecer a si ou a terceiros.

O Ato administrativo que não for pautado pela moralidade será tido como ilegítimo. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles destaca:

O certo é que a moralidade do ato administrativo juntamente com a sua legalidade e finalidade, além da sua adequação aos demais princípios, constituem pressupostos de validade sem os quais toda atividade pública será ilegítima.

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE:

Hely Lopes Meirelles conceitua o princípio da impessoalidade da seguinte forma:

O **PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE**, referido na Constituição de 1988 (art., 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual **impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal.** E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. [...] Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (CF, art. 37, § 1º).

Quanto a esta questão, Hely Lopes Meirelles observa que os atos praticados pela Administração Pública devem ter por objetivo alcançar o interesse público, respeitando sempre o princípio da impessoalidade, também conhecido como princípio da finalidade, complementando o autor que:

Desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública,

o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros. Deve-se compatibilizar o interesse coletivo e o interesse privado, por exemplo, nos casos de certame licitatório, buscando-se um procedimento justo visando o bem comum, lembrando que em caso de divergência prevalecerá a supremacia do interesse público. Conforme pode-se observar no disposto no artigo 2º, parágrafo único, incisos, II e III da Lei Federal nº 9.784/1999.

Desta forma, Antônio Cecílio Moreira Pires, conclui quanto ao princípio da impessoalidade que:

Se a Administração Pública, em razão da isonomia, está obrigada a tratar todos no mesmo pé de igualdade, temos que o princípio da impessoalidade vem, em última análise, a concretizar a imposição constitucional trazida no conteúdo da isonomia. Isso porque, pelo princípio da impessoalidade, a Administração está obrigada a pautar seus atos única e exclusivamente com vistas ao cumprimento do interesse público, sendo vedado, portanto, o estabelecimento de cláusulas ou condições que imponham privilégios ou prejuízos a quem quer que seja, de modo a permitir que todos sejam tratados de forma igualitária.

PRINCÍPIO DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA:

A **PROBIIDADE ADMINISTRATIVA** consiste no dever de servir a Administração com honestidade, procedendo no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal **ou de outrem** a quem queira favorecer. O desrespeito a esse dever é que caracteriza a **improbiidade administrativa**.

Ofendem o Princípio da Probiidade os atos administrativos que ocorrerem com base no interesse próprio do agente público **ou de terceiros**, contrariando o disposto nas leis infraconstitucionais, constitucionais, bem como os princípios essenciais ao Estado Democrático de Direito.

A **IMPROBIIDADE ADMINISTRATIVA**, está elencada na Lei nº 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e no Art. 37 § 4º da Constituição Federal:

Art 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a

perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

E para Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2000, p.748), violar princípios é mais grave do que violar normas:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingida porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

Os princípios aplicáveis ao certame licitatório são de grande importância, por esse motivo estão previstos tanto na **Constituição Federal Brasileira** quanto na **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Os princípios previstos expressamente em lei e os que lhes são "correlatos" deverão ser sempre observados pela Administração no momento de firmar contratos com particulares.

Vale ainda citarmos a SÚMULA 222 do Tribunal de Contas da União (TCU):

SÚMULA 222

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta impugnação visa, ainda, a resguardar a ampliação da competitividade como um dos instrumentos para se garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como a resguardar a fiel aplicação da legislação que determina tratamento diferenciado às pequenas empresas.

Admitidos todos estes pressupostos para que se considerem adequados o edital e seus anexos, passa-se às considerações específicas da Impugnante.

III - DA NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DO EDITAL

III.1 - DO DEVER DE EXIGIR O BALANÇO PATRIMONIAL

O primeiro ponto a impugnar-se no edital em referência, é a flagrante ausência da apresentação dos balanços patrimoniais conforme prevê a Lei 14.133 (01/04/2021) em seu art. 69, vejamos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Grifei)

A nova de lei de licitações (14.133), conforme podemos constatar no teor do artigo 69, expressa claramente o **DEVER** e não a **FACULDADE**, em outros termos, a Administração Pública **DEVE** exigir os balanços patrimoniais dos 02 (dois) últimos exercícios sociais bem como, comprovante da saúde financeira da licitante, mediante apresentação de declaração contendo os índices contábeis firmados pelo Contador.

Vale destacar que, **todas as empresas licitantes devidamente constituídas**, que participam de processos licitatórios as quais são atuantes no seguimento de prestação e serviços em locação, operação, montagem e desmontagem de infraestrutura para eventos, possuem balanço patrimonial, pois os municípios, governo estadual e federal, exigem a apresentação dos mesmos tanto na antiga lei (8.666) quanto na nova lei (14.133), premissa esta, para participação em processos licitatórios.

III.1 - DO **DEVER** DE EXIGIR O REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO CREA E COMPROVAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O segundo ponto a impugnar-se no edital em referência, é quanto a **ausência** da documentação obrigatória pertinente ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA como prevê a Lei 14.133 (01/04/2021) em seu art. 67, vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (grifei)

Vale salientar ainda que, é de conhecimento / notório saber público e Área Demandante deste Município, que a empresa para atuar no ramo / seguimento do objeto da licitação em tela, para a perfeita prestação dos serviços elencados devem estarem devidamente registradas na ENTIDADE DE CLASSE (CREA). Os serviços prestados somente serão liberados pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais - CBBMG, mediante a documentação dentre elas os registros e Anotações de Responsabilidade Técnica junto ao CREA.

Destarte, a Administração Pública de Conselheiro Lafaiete, refutou-se no que tange as exigências para **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** deixando de exigir comprovações básicas, as quais garantem ao Município contratação de empresas experientes e que tenham desempenhando funções semelhantes, com anuência do CREA mediante apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CHANCELADO na entidade competente (CREA), a

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA que ora deveria constar no edital, vejamos:

Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado(s)/Certidão(ões) de capacidade técnico-profissional, em situação de validade, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrados no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprovem que o profissional técnico tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares ou superiores ao objeto licitado, cuja complexidade tecnológica seja compatível com o objeto ora licitado.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA TODOS OS LOTES: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CHANCELADO NO CREA / CAU PARA OS SEGUINTE LOTES: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da habilitação e proposta, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica. A comprovação solicitada visa a confirmação de profissionais habilitados na área com características técnicas similares ou superiores ao objeto licitado, cuja complexidade tecnológica seja compatível com o objeto ora licitado. A comprovação de vínculo profissional poderá ser realizada pela apresentação da CTPS, contrato de prestação de serviços registrado em cartório ou registro do responsável técnico no CREA ou CAU da empresa. **SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO) PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.**

Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em validade, da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região onde a sede da licitante se localiza. **(PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.)**

Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro de Pessoa Física do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante, em validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região onde a sede da licitante se localiza. SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Declaração da empresa licitante de que, se vencedora, será responsável pela emissão de A.R.T(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, devidamente assinada pelo representante legal e pelos respectivos responsáveis técnicos. SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO) PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

A Carta Magna Brasileira estabeleceu em seu art. 37, XXI que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Como previsto em lei, é o **DEVER** da Administração Pública exigir através do Instrumento Convocatório (Edital), apresentação dos balanços patrimoniais referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, não obstante, é **OBRIGAÇÃO** das empresas licitantes em cumprir o que determina a Lei, apresentando-os sob pena de descumprimento da lei e a consequente inabilitação no processo em tela.

A fundamentar a impugnação ora exposta, relembre-se o que dispõe a legislação e a jurisprudência sobre a exigência de documentos relacionados à qualificação técnica. Primeiramente, a CR/88, em seu artigo 37, inciso XXI, que claramente determina que só são permitidas exigências de

qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Sobre a expressão "**só são permitidas**", faz-se um breve parêntese sobre o que ela significa no contexto de análise que é o regime jurídico administrativo, pelo qual a Administração Pública possui um regime próprio de prerrogativas mas também de sujeições. Significa ressaltar a importância do princípio da legalidade no que diz respeito à Administração, consubstanciado tanto no art. 5º, caput, da CR/88 como no art. 37, caput, da norma constitucional.

Sobre o princípio da legalidade, portanto, enquanto para o particular se permite fazer tudo aquilo que não é proibido por lei (nem portaria, nem decreto, mas por lei), para a **Administração Pública, ao contrário, o princípio da legalidade significa que a ela só é lícito fazer aquilo que expressamente lhe for permitido por lei** (por lei! nem decreto, nem portaria, nem editais...).

Sobre este importante princípio de Direito Administrativo, vejamos as lições da melhor doutrina:

"Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o **administrador público significa 'deve fazer assim'.**"

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 1995. P. 83.

"O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita. (...)

É extremamente importante o efeito do princípio da legalidade no que diz respeito aos direitos dos indivíduos. Na verdade, o princípio se reflete na consequência de que a própria garantia desses direitos depende de sua existência, autorizando-se

então os indivíduos à verificação do confronto entre a atividade administrativa e a lei. Uma conclusão é inarredável: havendo dissonância entre a conduta e a lei, deverá aquela ser corrigida para eliminar a ilicitude".

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 20.

Por fim, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau, advertiu:

"Se pretendermos, portanto, relacionar o princípio da legalidade ao regime de Direito Público, forçoso seria referirmo-lo, rigorosamente, como princípio da legalidade sob o conteúdo de comprometimento positivo."

A ordem econômica na Constituição de 1988. Ed. Revista dos Tribunais. p. 147.

Feita esta digressão pelo comezinho princípio da legalidade, retorna-se às normas que regem a licitação no que diz respeito à **qualificação econômica financeira**. Sobre isto, vide Lei nº. 14.133/21:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, **devendo ser comprovada de forma objetiva**, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos **índices econômicos previstos no edital.**

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital

mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Grifei)

No tocante à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, seja acrescida a seguinte documentação em cumprimento ao artigo 67 da lei 14.133, conforme descrição a seguir:

Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado(s)/Certidão(ões) de capacidade técnico-profissional, em situação de validade, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrados no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprovem que o profissional técnico tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares ou superiores ao objeto licitado, cuja complexidade tecnológica seja compatível com o objeto ora licitado.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA TODOS OS LOTES: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CHANCELADO NO CREA / CAU PARA OS SEGUINTE LOTES: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da habilitação e proposta, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica. A comprovação solicitada visa a confirmação de profissionais habilitados na área com características técnicas similares ou superiores ao objeto licitado, cuja complexidade tecnológica seja compatível com o objeto ora licitado. A comprovação de vínculo profissional poderá ser realizada pela apresentação da CTPS, contrato de prestação de serviços registrado em cartório ou registro do responsável técnico no CREA ou CAU da empresa. **SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO**

PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO) PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em validade, da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região onde a sede da licitante se localiza. (PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.)

Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro de Pessoa Física do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante, em validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região onde a sede da licitante se localiza. SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Declaração da empresa licitante de que, se vencedora, será responsável pela emissão de A.R.T(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, devidamente assinada pelo representante legal e pelos respectivos responsáveis técnicos. SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO) PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Nos termos acima expostos, constatada a ilegalidade e antijuridicidade, no que tange a omissão / exclusão da apresentação dos balanços patrimoniais dos 02 (dois) últimos exercícios sociais e qualificação técnica (CREA) do Edital ora em comento, e tendo em vista todas as disposições constitucionais e legais citadas e que ressaltamos. O Município de São João Del Rei pratica a

ilegalidade em não exigir a apresentação dos balanços patrimoniais e documentação relativa à qualificação técnica, sob pena de invalidação / frustração do processo licitatório em epígrafe.

IV - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto nesta impugnação, em estrita observância à legislação que rege o pregão presencial como modalidade de licitação, bem como todo o normativo legal e constitucional atinente ao instituto das licitações e contratos aplicáveis ao caso e aos princípios informadores da licitação e do Direito Administrativo como um todo, **a Impugnante PEDE:**

- a) Que sejam **disponibilizados orçamentos coletados que instruem o processo licitatório em tela** conforme Termo de Referência;
- b) Que seja **disponibilizada a justificativa emitida pela Área Demandante a qual dispensa a apresentação do Estudo Técnico Preliminar - ETP;**
- c) Que sejam aduzidos ao Instrumento Convocatório, no tópico QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO / FINANCEIRA, **os balanços patrimoniais dos 02 (dois) últimos exercícios sociais,** bem como a apresentação de **Declaração firmada pelo Contador da Licitante, atestando a saúde financeira mediante a apresentação dos índices contábeis,** amparado na Lei 14.133 nos moldes do artigo 69.
- d) Que sejam aduzidos ainda ao Instrumento Convocatório em Epígrafe, a seguinte documentação para QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado(s)/Certidão(ões) de capacidade técnico-profissional, em situação de validade, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrados no

CREA, acompanhado da Certidão de Acervo

Técnico - CAT, que comprovem que o profissional técnico tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares ou superiores ao objeto licitado, cuja complexidade tecnológica seja compatível com o objeto ora licitado.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA TODOS OS LOTES: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CHANCELADO NO CREA / CAU PARA OS SEGUINTE LOTES: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da habilitação e proposta, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA,

detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica. A comprovação solicitada visa a confirmação de profissionais habilitados na área com características técnicas similares ou superiores ao objeto licitado, cuja complexidade tecnológica seja compatível com o objeto ora licitado. A comprovação de vínculo profissional poderá ser realizada pela apresentação da CTPS, contrato de prestação de serviços registrado em cartório ou registro do responsável técnico no CREA ou CAU da empresa.

SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E

TELÃO) PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em validade, da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região onde a sede da licitante se localiza. (PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.)

Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro de Pessoa Física do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante, em validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região onde a sede da licitante se localiza. SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Declaração da empresa licitante de que, se vencedora, será responsável pela emissão de A.R.T(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, devidamente assinada pelo representante legal e pelos respectivos responsáveis técnicos. SENDO OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENGENHEIRO CIVIL / MECÂNICO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PAINÉIS DE LED E TELÃO) PARA OS LOTES A SEGUIR: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Certa de vossa estima e consideração,
REQUER a impugnante seja dada a resposta a presente

impugnação em tempo hábil, qual seja, **o prazo previsto conforme artigo 164 da lei nº 14.133**, sob pena de adoção das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Termos em que

Pede deferimento.



Leonardo Lacerda Campos
Sócio / Proprietário

Otimisa Marketing e Eventos Ltda. EPP
CI. MG-4.188.479 SSP/MG - CPF. 943.400.996-00



Licitacao Otimisa <licitacao@otimisaeventos.com.br>

Solicitação de informações : Processo Licitatório nº 101/2024 / Pregão Eletrônico nº 048/2024 / Registro de Preço nº 028/2024

1 mensagem

Licitacao Otimisa <licitacao@otimisaeventos.com.br>

15 de outubro de 2024 às 15:55

Para: Licitacao Lafaiete <licita.lafaiete@gmail.com>

Cc: CONTATO <contato@otimisaeventos.com.br>

Prezado Sr. Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Pregoeiro / Agente de Contratação

Boa tarde!

Solicito V.Sa. a gentileza de disponibilizar / encaminhar os orçamentos coletados que balizam os valores estimados para esta contratação, os quais instruem o processo licitatório descrito a seguir:

Processo Licitatório nº 101/2024 - Pregão Eletrônico nº 048/2024 - Registro de Preço nº 028/2024 - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE - OBJETO: Contratação de empresa especializada, pelo sistema de Registro de Preços, para prestação de serviço de locação de equipamentos, mobiliários e estruturas, incluindo transporte, montagem, utilização, operacionalização, manutenção, desmontagem e apoio logístico, para atendimento dos eventos promovidos pelas diversas Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

Por fim solicito a disponibilização do Estudo Técnico Preliminar - ETP / justificativa de ausência.

Desde já agradeço pela atenção e estarei à disposição para quaisquer esclarecimentos.

**Luiz Robadel**

licitacao@otimisaeventos.com.br

31.97326.0745

31.3262.1670

www.otimisaeventos.com.br

Rua Alagoas 1460/309 | Savassi | BH | CEP 30.130.160



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/099.087-8	MGP2300159717	23/02/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
943.400.996-00	LEONARDO LACERDA CAMPOS



OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA.

4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular,

- (1) **ADRIANO HADDAD BAIÃO**, brasileiro, nascido aos 05/09/1973, solteiro, Administrador de Empresas, portador da carteira de identidade M-3.366.416, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o número 912.865.576-15, residente e domiciliado na rua Grão Mogol, nº 1.031 A, bairro Sion, Belo Horizonte, MG, CEP 30315-600,
- (2) **LEONARDO LACERDA CAMPOS**, brasileiro, nascido aos 22/04/1973, solteiro, Engenheiro Eletricista, portador da carteira de identidade M-4.188.479, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o número 943.400.996-00, residente e domiciliado na rua Martim Carvalho, Nº 271, apto. 304, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG, CEP 30190-090; e

Únicos sócios da **OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA.**, Sociedade Empresária Limitada, registrada na JUCEMG sob o NIRE 3120728932-3 em 19/05/2005, inscrita no CNPJ sob o nº 07.559.474/0001-17, estabelecida na rua Alagoas, 1.460, sala 309, bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30130-160, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO SOCIAL:

- 1.1. A sociedade passa a ter como atividades a (a) Locação, montagem e desmontagem de palcos, palcos *geo space*, palco árabe, galpão (TFS, Q30, Q50), tendas de estrutura metálica(aço, Q30, Q50), Box Q50, Q30, Q25 e Q15, arquibancadas, camarotes, stands, fechamentos, gradis, barricadas, área vip, passarelas, portais, banheiros químicos, equipamentos de sonorização e iluminação, torres, tendas e barracas piramidais e chapéu de bruxa, bilheterias, portaria, camarins, mesas e cadeiras, cenários, arenas, auditórios, *sky walker*, *sky paper* e máquinas de efeito visual (fogo, co2, gelo seco, bolhas de sabão, etc), parque de diversões, container, geradores, transformadores, torres de iluminação, veículos, trio elétricos, aparelhos de multimídia, telão, projetor, boate, computadores, todo e qualquer tipo de infraestrutura para eventos; a (b) gestão, planejamento, organização, promoção, divulgação, elaboração, logística, projetos, criação, coordenação, operacionalização, recepção, treinamento, produção e assessoria de eventos diversos tais como: roda de negócios, exposição agropecuária, carnaval, réveillon, rua de lazer, oficinas, reuniões, *coffe break*, cerimonial, fórum, palestras, cursos, seminários, congressos, eventos esportivos, circenses, institucionais, infantil e cultural, oficinas, show pirotécnico, espetáculos, desfiles, teatros, rodeio, festa do peão, cavalgada e eventos de qualquer natureza públicos e/ou privados; a (c) locação, instalação e manutenção de extintores, placas e sistemas preventivos de combate a incêndio; os (d) serviços de gravação de



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10091738 em 24/02/2023 da Empresa OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA - EPP, Nire 31207289323 e protocolo 230990878 - 23/02/2023. Autenticação: 93534FB6B23BCF32ADBCCCEB97B58E8547599E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/099.087-8 e o código de segurança 7bG4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

textos, de mixagem sonora em produção audiovisual e produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música; e (e) a participação societária em empresas estabelecidas no país.

2. **CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL:**

- 2.1. Os sócios, após as modificações acima, resolvem consolidar o contrato social que passa a vigorar com a seguinte redação:

Contato Social Consolidado
OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA.

1. **NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E SEDE:**

- 1.1. A sociedade adota a natureza jurídica de Sociedade Empresária Limitada e denominação social de **OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA.**
- 1.2. Sua sede funciona na Rua Alagoas, nº 1.460, sala 309, bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30130-160.

2. **OBJETO SOCIAL:**

- 2.1. A tem como atividades a (a) Locação, montagem e desmontagem de palcos, palcos *geo space*, palco árabe, galpão (TFS, Q30, Q50), tendas de estrutura metálica (aço, Q30, Q50), Box Q50, Q30, Q25 e Q15, arquibancadas, camarotes, stands, fechamentos, gradis, barricadas, área vip, passarelas, portais, banheiros químicos, equipamentos de sonorização e iluminação, torres, tendas e barracas piramidais e chapéu de bruxa, bilheterias, portaria, camarins, mesas e cadeiras, cenários, arenas, auditórios, *sky walker*, *sky paper* e máquinas de efeito visual (fogo, co2, gelo seco, bolhas de sabão, etc), parque de diversões, container, geradores, transformadores, torres de iluminação, veículos, trio elétricos, aparelhos de multimídia, telão, projetor, boate, computadores, todo e qualquer tipo de infraestrutura para eventos; a (b) gestão, planejamento, organização, promoção, divulgação, elaboração, logística, projetos, criação, coordenação, operacionalização, recepção, treinamento, produção e assessoria de eventos diversos tais como: roda de negócios, exposição agropecuária, carnaval, réveillon, rua de lazer, oficinas, reuniões, *coffe break*, cerimonial, fórum, palestras, cursos, seminários, congressos, eventos esportivos, circenses, institucionais, infantil e cultural, oficinas, show pirotécnico, espetáculos, desfiles, teatros, rodeio, festa do peão, cavalgada e eventos de qualquer natureza públicos e/ou privados; a (c) locação, instalação e manutenção de extintores, placas e sistemas preventivos de combate a incêndio; os (d) serviços de gravação de textos, de mixagem sonora em produção audiovisual e produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música; e (e) a participação societária em empresas estabelecidas no país.



3. **CAPITAL SOCIAL:**

- 3.1 O capital social é de **R\$200.000,00** (duzentos mil reais), representado **200.000** (duzentas mil) quotas, de valor unitário de **R\$1,00** (um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, distribuído entre os sócios como segue:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Leonardo Lacerda Campos	100.000 quotas	100.000,00
Adriano Haddad Baião	100.000 quotas	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	200.000 quotas	200.000,00

- 3.2 As quotas sociais são iguais, indivisíveis, e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas, penhoradas ou gravadas, total ou parcialmente, exceto mediante autorização da integralidade dos sócios.
- 3.3 A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052 do Código Civil/2002.
- 3.4 Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme item VIII, artigo 997, da Lei 10.406/2002.
- 3.5 Os frutos oriundos da propriedade das quotas sociais – incluindo-se dentre esses, sem se limitar, os lucros, os juros sobre o capital próprio e o ganho de capital decorrente da sua venda (integral e parcial) – não se comunicam com terceiros.

4. **ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:**

- 4.1. A administração da sociedade é exercida por ambos os sócios, acima qualificados, que tem poderes para agirem isoladamente e observado o disposto nos parágrafos abaixo, administrar, representar e validamente obrigar a sociedade para todos os fins.
- 4.2. A sociedade poderá designar administradores, sócios ou não sócios, por previsão no Contrato Social ou em ato separado, observado o quorum previsto no art. 1.061 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
- 4.3. A sociedade, observado o disposto no “caput” desta cláusula, poderá ser representada por procuradores conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem e por prazo não superior a 01 (um) ano, salvo os instrumentos constituindo advogados com poderes expressos da cláusula “*ad judicia*” que poderão ser por prazo indeterminado.
- 4.4. São expressamente proibidos, e serão nulos de pleno direito, quaisquer atos praticados pelos administradores e/ou procuradores, contraindo obrigações em nome da sociedade, como, mas não se limitando, à prestação de fianças, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais ou outras garantias em favor de terceiros, exceto se expressamente autorizados por escrito, por quotistas representando a integralidade do capital social.
- 4.5. A utilização da denominação social é privativa dos administradores da sociedade, nos termos do artigo 1.064 do Código Civil.



5. **DELIBERAÇÕES SOCIAIS:**

- 5.1. As deliberações sociais serão tomadas mediante reunião de sócios, que será convocada sempre que necessário pela administradora, através de comunicação escrita aos demais, acompanhada de aviso de recebimento, enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contendo a data, hora e local para a realização da reunião, bem como a ordem do dia.
- 5.2. Reunião de Sócios têm a competência que a Lei lhe outorga, aplicando-se lhe, quanto à convocação, instalação e quorum, legitimação, representação, trabalho, procedimentos e deliberações, as normas pertinentes estabelecidas pelos artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406/2002.

6. **RETIRADAS PRÓ-LABORE:**

- 6.1. Aos Sócios que exercerem a administração da sociedade poderão ser creditados honorários mensais a título de pró-labore, fixados em deliberação da Reunião de Sócios, conforme as disponibilidades financeiras da sociedade e os serviços prestados.
- 6.2. Na falta de deliberação da retirada pró-labore em Reunião de Sócios, seu valor fica fixado em 01 (um) salário mínimo vigente no país, mensalmente.

7. **INÍCIO DAS ATIVIDADES E DURAÇÃO DA SOCIEDADE:**

- 7.1. A sociedade iniciou suas atividades em 19/05/2005 e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

8. **RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A SÓCIOS MINORITÁRIOS:**

- 8.1. A maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, nos termos dos artigos 1.085 e 1.086 da Lei 10.406/2002.
- 8.2. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, num prazo mínimo de 15 (quinze) dias, ciente o acusado para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa, nos termos do parágrafo único do art. 1.085 da Lei 10.406/2002.

9. **TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS:**

- 9.1. O sócio que pretender ceder, transferir ou alienar parte ou a totalidade de suas quotas, deverá primeiramente oferecê-las nas mesmas condições aos demais sócios, com prazo de 60 (sessenta) dias para resposta, os quais terão preferência para adquiri-las. Findo o prazo para o exercício de preferência, sem qualquer manifestação quanto a tanto pelos demais sócios, poderão as quotas ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros.



10. **SUCESSÃO:**

- 10.1 A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição do sócio, pessoa natural, bem assim no caso de falência ou recuperação judicial da pessoa jurídica, podendo continuar com os herdeiros ou sucessores a qualquer título, mediante concordância dos demais quotistas, ou, então, ter seus haveres apurados em Balanço Patrimonial, levantado em 30 (trinta) dias após o evento. Os haveres serão liquidados em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice da FGV, IGP-M, ou outro que o venha substituir, além de juros de 1% ao mês.

11. **NOTIFICAÇÕES:**

- 11.1. Quaisquer notificações, avisos ou outras comunicações, somente reputar-se-ão válidas se feitas por escrito e entregues, ou remetidas por serviços de entrega expressa, por entrega pessoal ou correspondência registrada, para os sócios, nos endereços próprios, previstos no presente instrumento.
- 11.2. Os sócios poderão especificar um novo endereço para receber suas notificações, avisos ou outras comunicações, desde que o façam nos termos previstos no caput desta cláusula.

12. **TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS:**

- 12.1. O exercício social coincide com o ano civil e seu resultado será apurado no dia 31 de dezembro de cada ano, através de balanço geral.
- 12.2. O resultado positivo apurado ao final do exercício social será levado à conta de lucros acumulados, e terá a destinação que os sócios, em reunião, deliberarem. Caso o resultado apurado seja negativo, este será levado a débito em conta contábil de prejuízos acumulados para posterior amortização ou compensação com resultados futuros, respeitando-se a proporcionalidade de participação dos sócios no capital social.
- 12.3. Os sócios fazem jus ao recebimento de lucros distribuídos, respeitando-se a proporcionalidade de sua participação no capital social.
- 12.4. Os sócios poderão fazer retiradas mensais por conta de lucros, ou determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, desde que a situação financeira da sociedade e a legislação respectiva a permita.
- 12.5. Os sócios reunir-se-ão, anualmente, nos quatro meses subseqüentes ao encerramento do exercício social, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico; designar administradores, se for o caso; e, tratar de outros assuntos constantes da ordem do dia, nos termos do artigo 1.078, da Lei 10.406/2002.

13. **FILIAIS:**

- 13.1. A sociedade não possui filial, podendo, no entanto, abri-las quando e onde lhe convier.

14. **LIQUIDAÇÃO:**

- 14.1. A dissensão entre os sócios não será motivo para que se requeira a liquidação litigiosa da empresa, excetuada a hipótese de os demais sócios não terem condições de dar continuidade ao negócio.



14.2. Na dissolução amigável da sociedade, os quotistas, em comum acordo, escolherão qual deles será o liquidante dos negócios sociais, o qual competirá responder perante terceiros pelo ativo e passivo, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos da sociedade pelos prazos de decadência e de prescrição previstos em Lei.

15. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:**

15.1. Os sócios e administradores declaram, sob as penas da Lei, que estão em pleno gozo da capacidade civil e aptos para exercer a atividade de empresário, bem como não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontram-se sob os efeitos da condenação, que os proíbam de exercerem a atividade de administração da sociedade empresária, conforme previsto respectivamente, nos artigos 972 e 1.011, da Lei 10.406/2002.

E, por estarem assim justos e contratados, depois de lido e achado certo, assinam o presente instrumento digitalmente e o levam à registro na JUCEMG para que produza seus efeitos.

Belo Horizonte, MG, 15 de fevereiro de 2023.

ADRIANO HADDAD BAIÃO
Sócio Administrador

LEONARDO LACERDA CAMPOS
Sócio Administrador





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

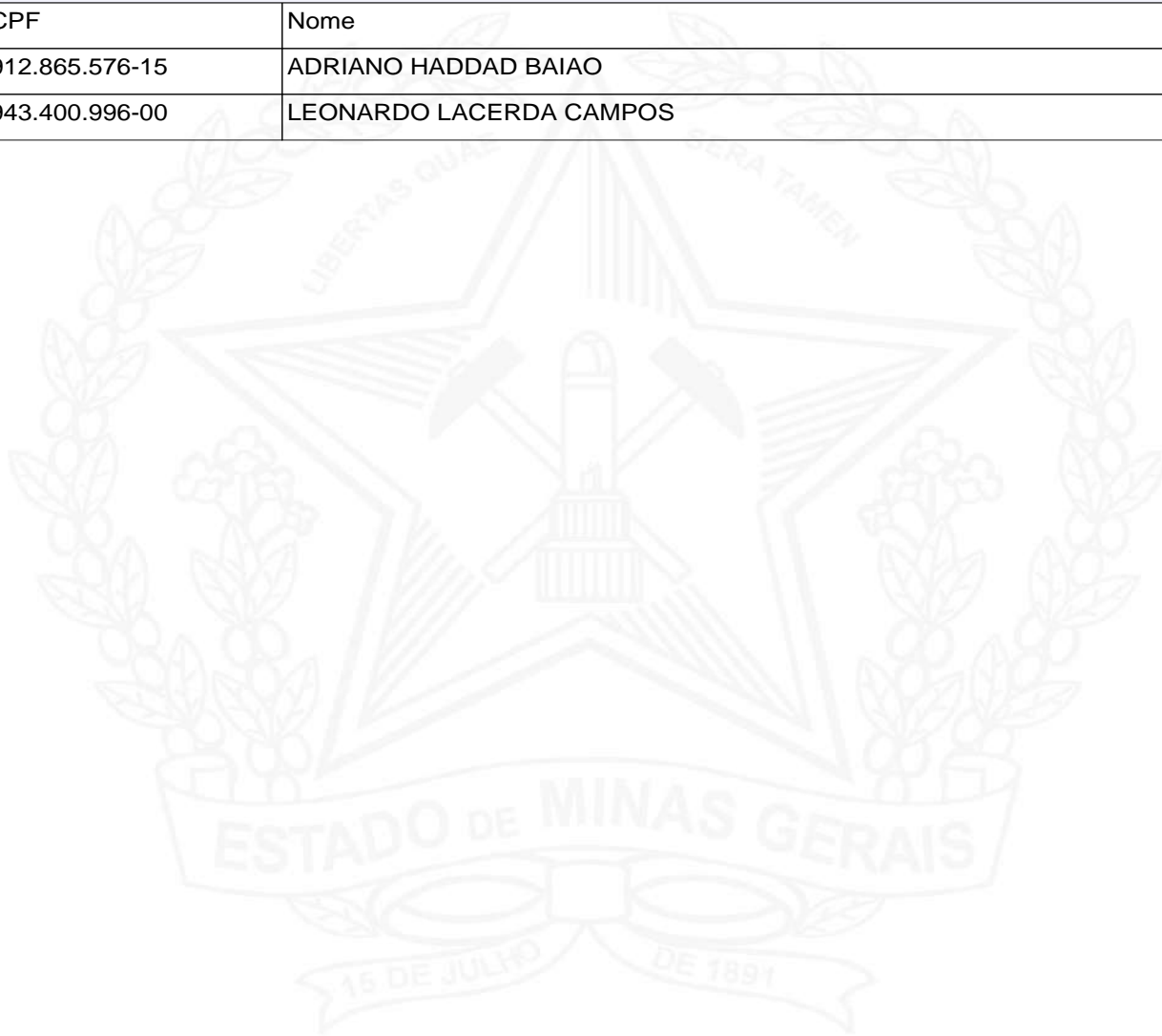
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/099.087-8	MGP2300159717	23/02/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
912.865.576-15	ADRIANO HADDAD BAIÃO
943.400.996-00	LEONARDO LACERDA CAMPOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA - EPP, de NIRE 3120728932-3 e protocolado sob o número 23/099.087-8 em 23/02/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10091738, em 24/02/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
943.400.996-00	LEONARDO LACERDA CAMPOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
912.865.576-15	ADRIANO HADDAD BAIÃO
943.400.996-00	LEONARDO LACERDA CAMPOS

Belo Horizonte, sexta-feira, 24 de fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz, Servidor(a) Público(a), em 24/02/2023, às 14:05 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 23/099.087-8.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. sexta-feira, 24 de fevereiro de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10091738 em 24/02/2023 da Empresa OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA - EPP, Nire 31207289323 e protocolo 230990878 - 23/02/2023. Autenticação: 93534FB6B23BCF32ADBCCEEB97B58E8547599E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/099.087-8 e o código de segurança 7bG4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME

LEONARDO LACERDA CAMPOS

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF

M4188479 SSP MG

CPF

943.400.996-00

DATA NASCIMENTO

22/04/1973

FILIAÇÃO

OSVALDO CARLOS LACERDA CAMPOS

SARAH DA SILVA COSTA CAMPOS

PERMISSÃO

PERMISSÃO

ACC

PERMISSÃO

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

01866115592

VALIDADE

27/12/2031

1ª HABILITAÇÃO

10/07/1991

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO

28/12/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

85166411669
MG608551961

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2341492185

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME
ADRIANO HADDAD BAIÃO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
M3366416 SSP MG

CPF
912.865.576-15

DATA NASCIMENTO
05/09/1973

FILIAÇÃO
NEYDIMAR VASSALLI BAIÃO
REGINA HADDAD BAIÃO

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01963301370

VALIDADE
16/02/2026

1ª HABILITAÇÃO
28/09/1991

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2181097858

SSNG

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
22/02/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

03050554870
MG589631365

MINAS GERAIS

DENATRAN **CONTRAN**

2181097858

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



15/274.845-8

NIRE(da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matr. Auxiliar de

31207289323

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA. - EPP

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	307			REENQUADRAMENTO DE ME COMO EPP

RFB

☐ A ☐ P ☐ P

Conf: _____

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: LEONARDO LACERDA CAMPOS

Assinatura: _____

Telefone de Contato: 31-32695100

Local

10 DE ABRIL DE 2015

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual (ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

NÃO

Data

Responsável

NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

27/04/2015
Data

Omar Dutra das Neves
Assessor da Secretária-Geral
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5497173

EM 27/04/2015

OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA - ME

PROTOCOLO: 15/274.845-8

AH1611259

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



ATO 307

REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

- ☐ Empresário
- ☐ Empresa Individual de Responsabilidade Ltda
- ☒ Sociedade Empresária

Ilmº Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Os sócios **LEONARDO LACERDA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, nascido aos 22/04/1973, engenheiro eletricitista, portador da Carteira de Identidade M-4.188.479, expedida pela SSPMG, inscrito no CPF sob o número 943.400.996-00, residente e domiciliado na Rua Martim Carvalho, 271, Apto. 304, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-090, Belo Horizonte, MG, e **ADRIANO HADDAD BAIAO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 05.09.1973, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade M-3.366.416, expedida pela SSPMG, inscrito no CPF sob o número 912.865.576-15, residente e domiciliado na Rua Grão Mogol, 1031 A, Bairro Sion, CEP 30315-600, Belo Horizonte, MG, da empresa **OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA. - ME**, registrada na JUCEMG sob o NIRE 3120728932-3, em 19/05/2005, inscrita no CNPJ sob o nº 07.559.474/0001-17, estabelecida na Rua Alagoas, 1460, sala 309, Bairro Funcionários, CEP 30130-160, Belo Horizonte, MG, vem no prazo legal de 30 (trinta) dias, comunicar que excedeu os limites da receita bruta anual fixados pelo inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, desenquadrando-se como Microempresa (ME) e ré enquadrando-se como Empresa de Pequeno Porte (EPP) e declarar que adotará o nome empresarial de **OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA. - EPP**.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2015.


LEONARDO LACERDA CAMPOS


ADRIANO HADDAD BAIAO



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Pessoa Jurídica

Nº do Alvará: 2020014610 Data Concessão: 09/07/2020 Data de Validade: 09/07/2025

Nº do Processo de Concessão: Emitido pela internet

SITUAÇÃO: Ativo Responsável Gerência de Licenciamento de Atividades Econômicas

A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

DADOS DO LICENCIADO

CNPJ: 07.559.474/0001-17 Inscr. Municipal: 0.196.556/001-3 Data de Registro: 15/04/2015

Razão Social: OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA.

Nome Fantasia:

O local é residência de um dos sócios da empresa: Não

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Índice Cadastral do IPTU: 011003 002 031X Regional: CENTRO-SUL - CS1

Endereço: RUA ALAGOAS

Número: 1460

Complemento: SALA:309;

Bairro: SAVASSI

Município: Belo Horizonte

CEP: 30130-168

Tipo de imóvel constante no IPTU: SALA

Área utilizada(m²): 70,00

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

Permissividade da via: Vias de Caráter Misto - VM

Classificação da via: ARTERIAL

Largura da via: >= 15M

Zoneamento: OP-3 - Ocupacao Preferencial - 3

Área de Diretrizes Especiais (ADE): ADE Avenida do Contorno

Sector: ADE Avenida do Contorno - Setor ADE Savassi

Demais informações urbanísticas do imóvel:

ADE Avenida do Contorno

ATIVIDADES

Código Descrição

Subcategoria: SERVIÇO

Tipologia: Serviços de diversão e esporte

900199900 ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (Grupo I) - Não exercida no local

900190100 PRODUÇÃO TEATRAL (Grupo I) - Não exercida no local

931910100 PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS (Grupo I) - Não exercida no local

900190200 PRODUÇÃO MUSICAL (Grupo I) - Não exercida no local

900190600 ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO (Grupo I) - Não exercida no local

823000199 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, EXCETO GESTÃO DE ESPAÇOS PARA EXPOSIÇÕES E FEIRAS (Grupo I) - Não exercida no local

Subcategoria: SERVIÇO

Tipologia: Serviços técnico- profissionais

432230300 INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO (Grupo I) - Não exercida no local

Subcategoria: SERVIÇO

Tipologia: Locação de objetos pessoais, domésticos, máquinas e equipamentos

773909900 ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (Grupo II) - Não exercida no local



Código Descrição

773900399 ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES E TELÕES (Grupo II) - Não exercida no local

Subcategoria: SERVIÇO

Tipologia: Serviços de comunicação

591200200 SERVICOS DE MIXAGEM SONORA (Grupo I) - Não exercida no local

ATIVIDADES AUXILIARES

CÓDIGO

DESCRIÇÃO

Tipologia: ATIVIDADES AUXILIARES

A Escritório / sede administrativa de empresa (Grupo II)

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

- Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes

CONDIÇÕES GERAIS PARA FUNCIONAMENTO

- Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.

- Em caso de extensão de uso, o acesso pela via no qual a atividade não é admitida é condicionado a parecer da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN, que poderá estabelecer medidas de mitigação, no caso de impactos. Para requerer tal acesso, é necessário protocolar pedido de consulta manual na Central de Atendimento - BH Resolve. (Lei 11.181/19, artigo 176, §5º)

- O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §3º).

- Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.

- Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.

- Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.

- O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)

- A emissão de ruídos, sons e vibrações, em ambientes confinados ou não, deverão obedecer às determinações da Lei municipal 9.505/2008.

- A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).

- Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d'água em leito natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d'água, solicitar avaliação da SMMA.

- Estabelecimentos que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares são obrigados a implantar sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso detector do gás (Lei 10.270/2011, artigo 1º).

- Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.º 9.691/2009, artigo 41).

- Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença específica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse: portaldeservicos.pbh.gov.br

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse: portaldeservicos.pbh.gov.br

- É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o



cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei 11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).

- O município é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).

- O consumo humano de água potável somente pode ser realizado por meio do sistema público de abastecimento de água (COPASA), não sendo permitida a utilização de fontes alternativas de água para consumo humano como poço tubular, cacimba, nascente, entre outros. (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Municipal 7.031/1996)

